



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

MINUTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GESTÃO DE FROTA, POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM REDE CREDENCIADA E PAGAMENTO ELETRÔNICO, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E GRUPOS GERADORES, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO E A EMPRESA XXXXXX.

CONTRATO TRT21 Nº XXX/2026

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO**, com sede nesta Capital, na Av. Capitão-Mor Gouveia, 3104, Lagoa Nova, CEP 59063-900, inscrito no CNPJ sob o nº 02.544.593/0001-82, neste ato representado por Sua Excelência o Desembargador Presidente, **EDUARDO SERRANO DA ROCHA**, portador da Matrícula Funcional nº 308.21.1795, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **XXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXX**, **XXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXX**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXX**, inscrita no CPF/MF sob o nº **XXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, na forma constante no **PROAD nº 4967/2024**, mediante **Pregão Eletrônico nº XXX/2026**, do tipo maior desconto, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 14.133/2021; Lei Complementar nº 123/06 e alterações; Lei nº 12.846/2013; Lei 13.709/2018; ATO TRT-GP 37/2025 e ATO TRT21-GP 222/2021; Resoluções nº 364/2023 e nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT; Resolução n.º 114/2010 do CNJ; Instrução Normativa nº 05/2017 - SEGES/MPDG, com suas atualizações posteriores; Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, o presente contrato, o qual reger-se-á pelas condições e cláusulas adiante discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de gestão de frota, por meio de sistema informatizado e integrado, com rede credenciada e pagamento eletrônico, destinada ao abastecimento dos veículos e grupos geradores do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência, Anexo I deste instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PARÁGRAFO ÚNICO

São Anexos do presente contrato:

- I - Anexo I - Termo de Referência;
- II - Anexo II- Proposta da Contratada
- III - Anexo III - Nota de Empenho

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução contratada consiste na prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento, por meio de sistema informatizado, para fornecimento de Álcool, Gasolina Comum, Diesel S10 e ARLA 32 de todos os veículos e geradores do CONTRATANTE. A solução deve garantir controle, rastreabilidade e fiscalização dos abastecimentos, devendo atender aos critérios contidos no **tópico 3 do Termo de Referência** - Anexo I deste instrumento, e assegurar cobertura geográfica adequada em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA deverá oferecer, sem custo adicional, treinamento inicial de, no **mínimo, 8 horas** ao gestor e aos fiscais do contrato, presencial ou remoto, com infraestrutura, material didático e instrutor qualificado, em data e conteúdo previamente acordados com a Administração. Também deverá promover treinamentos periódicos de reciclagem, inclusive quando houver alterações relevantes no sistema, além de assegurar a capacitação contínua da rede credenciada durante toda a vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZOS

O início da execução dos serviços ocorrerá a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, independentemente de qualquer outra formalidade, observado o disposto no **item 5 do Termo de Referência** (Anexo I deste instrumento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A rede de postos credenciados deverá funcionar de forma ininterrupta, 24 horas por dia, 7 dias por semana, devendo contar com, no mínimo, 5 (cinco) postos com atendimento 24h localizados em Natal/RN e, pelo menos, 1 (um) posto com funcionamento 24h em cada uma das demais capitais dos estados da Região Nordeste.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A contratada deve disponibilizar postos de abastecimento localizados em Natal e nos municípios que sediam as Varas do Trabalho no Estado do Rio Grande do Norte e, no mínimo, 5 (cinco) postos de combustíveis credenciados em cada capital dos estados da região Nordeste, de modo a assegurar a adequada cobertura territorial da demanda.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PARÁGRAFO TERCEIRO

A rede credenciada fornecerá, minimamente, os combustíveis gasolina comum, óleo diesel S-10, etanol e Arla-32.

PARÁGRAFO QUARTO

A **CONTRATADA** deverá manter, obrigatoriamente, rede credenciada mínima composta por 5 (cinco) postos de combustíveis, todos situados em um raio máximo de 5 (cinco) quilômetros da sede do CONTRATANTE, no município de Natal/RN, a fim de garantir eficiência logística, continuidade dos serviços e economicidade da contratação.

PARÁGRAFO QUINTO

A **CONTRATADA** deverá comprovar a rede credenciada por meio de documentação idônea, válida e vigente, tais como contratos ou termos de credenciamento, alvarás de funcionamento, licenças ambientais e registros junto à Agência Nacional do Petróleo – ANP, quando aplicável, no prazo de 24 horas a partir do recebimento, pela Contratada, da ordem de serviço.

PARÁGRAFO SEXTO

A **CONTRATADA** deverá manter a rede credenciada atualizada durante toda a vigência do contrato, informando formalmente à **CONTRATANTE** a cada 3 (três) meses, ou quando solicitado, quaisquer alterações, inclusões ou exclusões de postos, com a documentação comprobatória correspondente.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O abastecimento só poderá ser realizado mediante apresentação do cartão magnético ou similar pelo condutor ou usuário. A **CONTRATADA** deverá fornecer comprovante de transação contendo, no mínimo:

- a) Identificação do estabelecimento (razão social, CNPJ e endereço);
- b) Identificação do condutor responsável ou do autorizador da despesa; Identificação do veículo (placa) ou grupo gerador;
- c) Quilometragem do veículo no momento do abastecimento (Exceto nos casos de abastecimento de gerador);
- d) Tipo e quantidade do combustível; Data e hora da transação;
- e) Valor unitário e total da operação, expresso em moeda nacional.

PARÁGRAFO OITAVO

Em caso de falha do equipamento periférico (máquina de cartão) disponibilizado pela CONTRATADA ao estabelecimento credenciado ou do cartão magnético ou similar, em decorrência de situações adversas como a falta de energia elétrica ou a ausência de comunicação, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, através do serviço ou da central de atendimento ao cliente, que deverá viabilizar a finalização da operação e a realização do pagamento da CONTRATANTE ao estabelecimento



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

credenciado.

PARÁGRAFO NONO

O abastecimento indevido de veículo ou grupo gerador não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema de gestão de frota e as despesas efetivadas serão suportadas exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O pagamento devido à CONTRATADA pelos abastecimentos de combustível realizados pela CONTRATANTE obedecerá à seguinte regra: corresponderá ao valor da nota fiscal emitida pelo estabelecimento credenciado, com aplicação da taxa administrativa (DESCONTO) CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O serviço de abastecimento dos grupos geradores de energia elétrica deverá ser executado por demanda, com retirada do combustível em postos de combustíveis, por se tratar de solução mais compatível com o volume efetivamente demandado.

CLÁUSULA QUARTA - DO SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA

O sistema fornecido e mantido pela CONTRATADA, conforme estabelecido nos **tópicos 5.2 a 5.15 do Termo de Referência** (Anexo I deste instrumento) deverá ser uma solução informatizada integrada de gestão de frota, acessível via internet (plataforma WEB), destinada ao gerenciamento, controle e monitoramento das operações de abastecimento de combustíveis, bem como do controle de grupos geradores, quando aplicável. O sistema deverá operar mediante a utilização de cartões magnéticos ou tecnologia equivalente, individualizados por veículo e/ou equipamento, garantindo a identificação obrigatória do condutor ou responsável autorizado no momento da realização de qualquer transação junto à rede de estabelecimentos credenciados. Caberá à CONTRATADA disponibilizar mecanismos tecnológicos eficazes que previnam, inibam ou permitam a rápida identificação de utilizações indevidas ou não autorizadas, assegurando confiabilidade, rastreabilidade e segurança das informações. Todos os custos de implantação, operação, manutenção do sistema e emissão de relatórios serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O software de gestão de abastecimento, os equipamentos periféricos e os cartões fornecidos pela CONTRATADA deverão contemplar os seguintes requisitos mínimos:

- a) Registro eletrônico e informatizado de todas as operações de abastecimento, com disponibilização para consulta em ambiente WEB, contendo data, hora e demais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

informações relevantes;

- b) Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais, que possibilitem o controle de despesas, consumo por veículo, condutores autorizados e identificação de eventuais desvios em relação aos parâmetros previamente definidos, tais como consumo mínimo e máximo (km/l), intervalo entre transações e capacidade do tanque do veículo;
- c) Parametrização dos cartões com dados necessários à identificação e às características dos veículos e equipamentos automotivos vinculados;
- d) Fornecimento, sem ônus para a Administração, de cartões magnéticos individualizados por veículo, admitida a emissão de segunda via nos casos de perda ou extravio, sendo o custo de emissão, quando comprovado, de responsabilidade da CONTRATANTE;
- e) Cancelamento imediato dos cartões em caso de notificação de perda, extravio, furto ou roubo;

PARÁGRAFO SEGUNDO

O sistema deverá ser plenamente compatível com os sistemas operacionais e aplicativos utilizados pelo TRT da 21ª Região, incluindo, no mínimo:

- a) Microsoft Windows, versões 10, 11 ou superiores;
- b) LibreOffice;
- c) Navegadores Firefox, Google Chrome e Microsoft Edge, em versões compatíveis para ambiente Windows.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A CONTRATADA deverá promover a capacitação e o treinamento dos servidores indicados pela CONTRATANTE, no prazo de 15 dias úteis, contados da assinatura do contrato pela contratada, abrangendo a operação do sistema de gerenciamento, controle e aquisição de serviços, de forma a assegurar eficiência, eficácia e correto uso da solução implantada, a contar da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico permanente, por meio de Serviço de Atendimento ao Cliente, acessível por telefone e/ou internet, com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), mediante ligação local. Não será admitido atendimento exclusivamente automatizado ou eletrônico.

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a instalação ou modificação de equipamentos nos veículos da CONTRATANTE para fins de implantação do sistema, salvo mediante autorização expressa e devidamente justificada pela Administração.

PARÁGRAFO SEXTO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

O prazo máximo para atendimento, solução de falhas e prestação de assistência técnica relacionada ao software fornecido deverá ser até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do chamado realizado, nos termos do Parágrafo Quarto.

PARÁGRAFO SÉTIMA

A CONTRATADA deverá emitir os relatórios operacionais, gerenciais e adicionais, nos termos dos **tópicos 5.13 a 5.15** do Termo de Referência (Anexo I deste instrumento).

CLÁUSULA QUINTA - DOS CARTÕES MAGNÉTICOS

A CONTRATADA deverá fornecer, no prazo de 5 dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, no mínimo 1 (um) cartão magnético ou tecnologia equivalente para cada veículo integrante da frota do TRT21, devendo o referido cartão ser individualizado, vinculado exclusivamente ao veículo previamente cadastrado no sistema de gestão, vedada sua utilização para qualquer outro veículo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O cartão deverá conter, de forma visível, a identificação institucional da CONTRATANTE, bem como os dados do veículo a ele associado, incluindo marca, modelo e placa, assegurando a adequada rastreabilidade e controle das operações realizadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A CONTRATADA deverá fornecer, em um prazo de 5 dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, no mínimo 1 (um) cartão magnético ou tecnologia equivalente para cada veículo integrante da frota do TRT21, devendo o referido cartão ser individualizado, vinculado exclusivamente ao veículo previamente cadastrado no sistema de gestão, vedada sua utilização para qualquer outro veículo.

PARÁGRAFO QUARTO

O cartão deverá conter, de forma visível, a identificação institucional da CONTRATANTE, bem como os dados do veículo a ele associado, incluindo marca, modelo e placa, assegurando a adequada rastreabilidade e controle das operações realizadas.

PARÁGRAFO QUINTO

A CONTRATADA deverá fornecer, igualmente sem ônus adicional, em um prazo de 5 dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço pela contratada, 2 (dois) cartões magnéticos ou tecnologia equivalente destinados exclusivamente ao abastecimento dos grupos geradores instalados nas dependências da CONTRATANTE, contendo a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

respectiva identificação institucional.

PARÁGRAFO SEXTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar, ainda, em um prazo de 5 dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço pela contratada, 4 (quatro) cartões magnéticos ou tecnologia equivalente adicionais, denominados cartões de reserva ou curinga, para utilização excepcional pela CONTRATANTE nas hipóteses de perda, furto, roubo, extravio ou indisponibilidade temporária do cartão principal.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O cartão magnético ou tecnologia equivalente que apresentar defeito de funcionamento, perda de validade, ou que tenha sido objeto de furto ou roubo, deverá ser substituído pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, pela contratada, da comunicação realizada pela contratante.

PARÁGRAFO OITAVO

Nos casos de perda ou extravio, a substituição deverá ocorrer no mesmo prazo, admitida a cobrança do custo de emissão, desde que devidamente comprovado pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO NONO

O cartão magnético ou tecnologia equivalente deverá possibilitar o pagamento direto e imediato aos estabelecimentos credenciados, abrangendo o abastecimento de combustíveis para veículos automotores e de grupos geradores.

CLÁUSULA SEXTA - DOS VALORES DO CONTRATO

O valor anual **estimado** deste contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhado na Planilha Orçamentária - Anexo II deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O percentual de desconto a ser aplicado pela CONTRATADA sobre os serviços prestados ao CONTRATANTE é de XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), incidindo sobre o valor da fatura mensal dos serviços contratados efetivamente prestados a cada mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A taxa de administração é fixa e não reajustável.

PARÁGRAFO TERCEIRO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Já estão incluídos nos preços contratados todos os custos relacionados com a prestação dos serviços, assim como as seguintes despesas diretas e indiretas: materiais, tributos, salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, indenizações, e quaisquer outros que forem devidos a seus empregados ou prepostos envolvidos com o objeto do contrato, inclusive transporte (frete), descarga no local de entrega, seguros, garantia; custos com comercialização, entre outros, e demais despesas diretas e indiretas sobre eles incidentes. Estão incluídos ainda os custos relativos ao fornecimento dos cartões.

PARÁGRAFO QUARTO

Quaisquer tributos ou encargos legais criados alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão no percentual contratado, implicará a revisão desse para mais ou menos, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Os bens, objeto deste contrato, serão recebidos em conformidade com o **tópico 7.1 a 7.10** do Termo de Referência - Anexo I do presente contrato e com artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

- a) **Provisoriamente**, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
 - a.1) O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
 - a.2) A CONTRATADA fica obrigada a reparar, às suas expensas, no todo ou em parte, eventuais problemas nos veículos resultantes do abastecimento com combustível adulterado, cabendo à fiscalização, além de comprovar o nexo causal, não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - a.3) A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
 - a.4) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- b) **Definitivamente**, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

PARÁGRAFO QUARTO

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA- CRITÉRIOS DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Os critérios de liquidação e pagamento estão estabelecidos nos subtópicos **7.11 a 7.26** do Termo de Referência - Anexo I deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022. O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O documento fiscal e as certidões deverão ser obrigatoriamente registrados no Portal do SIGEO – JT¹ para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento, devendo a **CONTRATADA** efetuar previamente o cadastro no referido portal.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da

¹ O cadastro do SIGEO – JT pode ser realizado através do Link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>. Para maiores informações consultar o endereço <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos incisos III, IV e V do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou em outros sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022. O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO SEXTO

Na hipótese de atraso no pagamento da nota fiscal, devidamente atestada, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a fórmula abaixo. Contudo, se o inadimplemento da obrigação for provocado pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** ficará desobrigado de promover tal atualização monetária. Na inexistência de outra regra contratual, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

➤ $EM = I \times N \times VP$, onde:

- EM = Encargos moratórios;
- I = Índice de atualização financeira $(TX / 100) / 365$;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- N = Números de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

PARÁGRAFO SÉTIMO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

PARÁGRAFO OITAVO

A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de 5 anos, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por períodos sucessivos até o limite de 10 anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente contrato será atendida com recursos provenientes do PTRES **XXX**, Natureza da Despesa **XXX**, Nota de Empenho 2026NE**XXX**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** apresentará comprovante de prestação de garantia, no valor de **R\$ XXXXXXXXXXXX**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Caberá à **CONTRATADA** optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

PARÁGRAFO SEGUNDO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Caso a **CONTRATADA** opte pelas modalidades **caução ou fiança bancária**, deverá prestá-la no **prazo de até 10 (dez) dias**, a contar da assinatura do Contrato. O aludido prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério do **CONTRATANTE** e mediante requerimento da **CONTRATADA**. No caso do seguro-garantia, o prazo é de um mês, contado da data de homologação da licitação, e deverá ocorrer antes da assinatura do presente contrato. Caso a **CONTRATADA** opte pela modalidade **seguro-garantia**, deverá prestá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa prevista na Cláusula Décima Sexta, inciso II, alínea “c”, deste contrato. A mesma penalidade será aplicada no caso de descumprimento do prazo para adequação da vigência da garantia, previsto no Parágrafo Oitavo desta cláusula, e no caso de descumprimento do prazo para adequação do valor da garantia, previsto no Parágrafo Nono desta cláusula, de forma proporcional ao valor complementar da garantia.

PARÁGRAFO QUARTO

A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que a **CONTRATADA** não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO QUINTO

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

II - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**;

PARÁGRAFO SEXTO

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria, em específico ao disposto no art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PARÁGRAFO OITAVO

No caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação. A adequação da vigência da garantia, em face da prorrogação do contrato, deverá ser efetuada antes do término da vigência da garantia apresentada originalmente.

PARÁGRAFO NONO

No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação. Caso haja necessidade de complementação do valor da garantia, em face de majoração do valor do contrato, deverá ser observado o prazo previsto no *caput* desta cláusula, a contar da assinatura do instrumento que alterou o valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

O **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO

O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO

A **CONTRATADA** autoriza o **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA** as previstas no **tópico 5.24 a 5.32** do Termo de Referência - Anexo I - e no presente contrato, afora outras que por lei lhe couberem, as seguintes:

- I - Atender aos **critérios de sustentabilidade** estabelecidos nos **tópicos 4.1 e 4.2** do Termo de Referência, Anexo I deste instrumento;
- II - Executar os serviços de acordo com as disposições do Termo de Referência, Anexo I deste instrumento, com observância das normas técnicas aplicáveis e orientações da área de TIC do **CONTRATANTE**;
- III - Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços contratados, assegurando a qualidade técnica e a continuidade da comunicação de voz nas localidades atendidas;
- IV - Arcar com todas as despesas inerentes à execução contratual, incluindo tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de forma direta ou indireta, sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**;
- V - Notificar formalmente a contratante sobre quaisquer ocorrências que possam prejudicar ou embaraçar o desempenho das atividades relacionadas à prestação dos serviços;
- VI - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme disposto no art. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021;
- VII - Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- VIII - Atender todos os regulamentos internos aplicáveis aos processos de pagamento no TRT-RN, do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, em especial, a necessidade de cadastro prévio no sistema SIGEO-JT, emissão de notas fiscais eletrônicas no formato XML e cadastro / envio do referido documento fiscal no sistema supracitado.
- IX - Caso seja optante do Simples Nacional (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), apresentar para fins de comprovação dessa condição, cópia do Termo de Opção e a declaração em duas vias, assinadas pelo representante legal, no momento da assinatura do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- X - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- XI - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
- XII - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII - Abster-se de colocar à disposição do **CONTRATANTE**, para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça (art. 4º da Resolução 156/12 – CNJ);
- XIV - Manter-se, durante a vigência do contrato, livre de inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004;
- XV - Observar a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral instituída pela Resolução CSJT nº 237/2019, regulamentada pelo Ato TRT-GP nº 037/2025.
- XVI - Não ser condenada, a **CONTRATADA** ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT nº 29 e nº 105;
- XVII - Não possuir em seu Quadro de Pessoal, durante toda a vigência do contrato, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, ressaltando-se o emprego de menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz (Lei nº 9.854/99);
- XVIII - Manter-se livre de registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça;
- XIX - Obedecer ao percentual de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou reabilitado da Previdência Social, conforme regras dispostas no artigo 93 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, quando couber, em consonância com o disposto no art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021.
- XX - Não subcontratar os serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, as previstas nos **tópico 5.33 a 5.37** do Termo de Referência e no presente contrato, afora outras que por lei lhe couberem, as seguintes:

- I - Fornecer à Contratada os dados e os elementos necessários à execução dos seus serviços;
- II - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, de acordo com as condições e prazos previstos no contrato e nos documentos fiscais atestados pela fiscalização;
- III - Notificar a contratada sobre quaisquer falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, possibilitando a adoção de medidas corretivas;
- IV - Adotar as providências administrativas necessárias para o exercício do poder-dever de fiscalização contratual, inclusive aplicação de sanções, se for o caso;
- V - Designar, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, um representante ou comissão responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços;
- VI - Fiscalizar, sem prejuízo da total responsabilidade da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** ou para com terceiros, os serviços contratados, seguindo as orientações deste contrato e seus anexos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, os serviços feitos em desacordo com este contrato e seus anexos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução das atividades contratuais será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, especialmente designados para esse fim, em conformidade com as disposições contidas no **tópico 6** do Termo de Referência, no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas relacionadas.

PARÁGRAFO ÚNICO

A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

A **CONTRATADA** e seus empregados se obrigam a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 e a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do **CONTRATANTE**, regulamentado pelo Ato TRT21-GP nº 037/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em decorrência da inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na prestação dos serviços objeto deste contrato, ou ainda devido a qualquer descumprimento contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades serão aplicadas, cumulativamente ou não, nos termos das normas abstraidas da leitura da Lei nº 14.133/2021, dentre as quais se inserem especificamente o teor dos art. 155 a 163, cumuladas ainda com as regras constantes da Lei nº 12.846/2013:

I – **Advertência**: quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II - **Multa**, nos seguintes termos:

- a) **MORATÓRIA de 0,5%** (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor anual do contrato, até o **máximo de 7,5%** (sete e meio), pela inobservância dos prazos fixados nos **itens 5.1.1.5, 5.5, 5.15 e 5.20 do Termo de Referência**, Anexo I deste instrumento. O atraso injustificado por período superior a 15 (quinta) dias, caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério do TRT da 21ª Região, aplicando-se, nesse caso, a sanção prevista na alínea “d” deste Inciso;
- b) **MORATÓRIA de 0,5%** (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor anual do contrato, até o **máximo de 5%** (cinco por cento), pela inobservância dos prazos fixados nos **itens 5.1.1, 5.9, 5.16, 5.18 e 5.19 do Termo de Referência**, Anexo I deste instrumento. O atraso injustificado por período superior a 10 (dez) dias, caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério do TRT da 21ª Região, aplicando-se, nesse caso, a sanção prevista na alínea “d” deste Inciso;
- c) **MORATÓRIA de 0,07%** (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor anual do contrato, até o **máximo de 2%** (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- d) **COMPENSATÓRIA de 30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, ou parcial, sobre a parcela inadimplida correspondente, caso esta possa ser individualizada e desde que não prejudique o aproveitamento das parcelas executadas ou a executar.
- e) **COMPENSATÓRIA de 2%** do valor anual contratado, para cada evento, pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, ou no instrumento convocatório, desde que a infração não esteja abrangida pelas hipóteses previstas nos incisos anteriores, sendo que, em caso de reincidência, o referido percentual será aplicado em dobro.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas a seguir, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

III.1 - Deverão ser observadas as disposições constantes dos arts. 162 e 163 do Ato TRT21-GP nº 222/2022 para a definição da extensão temporal da sanção, assegurando-se a observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando-se as especificidades de cada caso e o grau de gravidade do descumprimento contratual.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas a seguir, bem como as condutas descritas na alínea anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave:

- a) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o contratante poderá aplicar à **CONTRATADA** outras sanções, cumulativamente, previstas na legislação pertinente, elencadas e detalhadas no instrumento convocatório ou no contrato, ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com as de multa.

PARÁGRAFO QUARTO

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente.

PARÁGRAFO SEXTO

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, e os dispostos nos arts. 166 a 168 para todas as penalidades, ambos da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PARÁGRAFO OITAVO

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO NONO

A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Os débitos da **CONTRATADA** para com o **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Deverá ser observado o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

13 de abril de 2022, no que diz respeito à dispensa, parcelamento, compensação e suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações previstas neste Contrato e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO E DA CESSÃO DE CRÉDITO

Não será admitida:

- a) A subcontratação do objeto contratual.
- b) A cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Quando a não conclusão do contrato referida no parágrafo anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal na cidade de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Natal/RN, de de 2026.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
EDUARDO SERRANO DA ROCHA
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
CONTRATANTE**

CONTRATADA

**CONTRATO TRT21 Nº xxx/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900xxx/2026
PROAD Nº 4967/2024**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATO TRT21 Nº xxx/2026



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900xxx/2026
PROAD Nº 4967/2024

ANEXO II – PROPOSTA DA CONTRATADA

CONTRATO TRT21 Nº xxx/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900xxx/2026
PROAD Nº 4967/2024

ANEXO III – NOTA DE EMPENHO